

As Territorialidades Transfronteiriças da Segurança Nacional e as Conexões das Forças Armadas: Brasil, Paraguai e Argentina

The Transnational Territorialities of National Security and the Connections of the Armed Forces: Brazil, Paraguay and Argentina

Orlando Bispo dos Santos

Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná- (Unioeste)-Foz do Iguaçu. E-mail: orlando_bispo@hotmail.com

Mauro José Ferreira Cury

Universidade do Oeste do Paraná – Unioeste. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Campus de Marechal. Cândido Rondon. E-mail: mjfcury@gmail.com

Artigo originalmente apresentado no **III Seminário Internacional de los Espacios de Frontera (III Geofronteras)**, Universidad Nacional de Itapúa (UNI), Encarnación (Paraguay), 8 a 10 de setembro de 2015.

Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo - Este trabalho tem como objetivo abordar as territorialidades transfronteiriças da Segurança Nacional e as conexões das Forças Armadas na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. A existência de forças militares nas regiões de fronteira permite manter a integridade do Estado Nação do ponto de vista geopolítico por meio da segurança do território Nacional e do intercâmbio militar no que diz respeito aos conhecimentos táticos e tecnológicos para atuação conjunta. Tais conexões consistem na formulação de estratégias de defesa em âmbito interno e externo, com a soma de esforços político-militar conjunto, com vistas a manter a autonomia dos Estados Nacionais quanto ao emprego das relações de poder nas regiões de fronteira a partir das atividades militares desenvolvidas nas Escolas de Guerra dos Exércitos brasileiro, paraguaio e argentino que permitem reforçar o entendimento doutrinário militar entre países para o desenvolvimento das relações de poder sobre as ações humanas no território transfronteiriço. O dinamismo da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina parte das relações sociais políticas e econômicas, e geraram fatores que exigem dos Estados Nacionais as formulações de estratégias militares conjuntas com o objetivo de coibir conflitos no âmbito da fronteira, do Cone Sul e do Continente. O estudo tem o caráter teórico e empírico, com abordagem nas territorialidades transfronteiriças que envolve as Forças Armadas nos municípios de Foz do Iguaçu – Brasil; Ciudad del Leste–Paraguai e Puerto Iguazu–Argentina.

Palavras-chave: Território; Territorialidade transfronteiriça; Forças Armadas; Estratégias de defesa.

Abstract - This paper aims to discuss National Security's cross-border territoriality and the Armed Forces' connections on the Triple Border among Brazil, Paraguay and Argentina. From the geopolitical point of view, the existence of military forces in border regions enables the Nation State to maintain its integrity through homeland security and military exchange with regards to tactical and technological knowledge for conjunct action. Such connections consist in formulating defense strategies in internal and external environment, with the sum of political-military joint efforts in order to maintain the autonomy of Nation States on border regions front to the military activities developed in Brazilian, Paraguayan and Argentinian Army War Colleges, which allow reinforce the arbitrary military understanding among countries in order of developing the power relations under human actions on the cross-border territory. The dynamism of the triple border among Brazil, Paraguay and Argentina come from Politic and Economical social relations and generated factors that require from the National States military joint strategies with the goal of curbing conflicts of any kind on the border, starting at the Southern Cone and ending at the Continent. This study has theoretical and empirical basis and approach the cross-border territorialities involving the Armed Forces in the cities of Iguassu - Brazil; Ciudad del Este - Paraguay and Puerto Iguazu, Argentina.

Keywords: Territory; Territoriality; Armed forces; Defense strategies.

Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon, Ed. Esp., v.11, n.15, p. 279-287, jul.-dez., 2016

Introdução

A Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, que é entendida como um espaço transfronteiriço por abarcar as cidades de Foz do Iguaçu-Brasil, *Ciudad del Leste-Paraguai* e *Puerto Iguazú-Argentina*, é um espaço geográfico complexo. A amplitude humana do ponto de vista social, político e econômico contribuem para o dinamismo da região em sentido amplo, o que torna essa Tríplice Fronteira a mais importante em termos geopolíticos e de relações de poder do Estado brasileiro, apresentando-se como área estratégica do ponto de vista político-militar. Para tanto, a presença de forças militares se fazem necessário como estratégia de segurança nacional.

O presente trabalho é resultado parcial da pesquisa de mestrado que girou em torno de uma abordagem das territorialidades transfronteiriças, nas quais desenvolvem-se atividades de cooperações militares das Forças Armadas do Brasil, Paraguai e Argentina, a destacar as conexões entre os Exércitos dos respectivos países.

O objetivo principal dessa pesquisa, portanto, é verificar as territorialidades transfronteiriça da segurança nacional a partir das atividades militares desenvolvidas em conjunto na resolução de problemas no âmbito da fronteira em estudo, e em âmbito do Cone Sul, uma vez que esses três países abordados são integrantes do Conselho de Defesa Sul-Americano que reforça a política das relações internacionais vislumbradas pelos países da América do Sul.

Além de um viés bibliográfico a partir de autores que abordam sobre a presença militar nas regiões de fronteira do Brasil e suas relações com os países vizinhos, a pesquisa realizou-se com base em prova documental, que foi de inteira importância para entender as estratégias estabelecidas entre países para o desenvolvimento do processo de segurança nacional nas fronteiras dos Estados Nacionais em tela.

A prova documental foi originada dos arquivos do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado-34º BIMec, que é uma tradicional unidade militar do Exército brasileiro que tem suas origens na Colônia Militar do Iguassu, instalada no ano de 1889 com a finalidade de demarcar, controlar e povoar a região de fronteira. Essa unidade militar, além de ser um instrumento de controle e de segurança nacional como relação de poder geopolítico do Estado brasileiro no contexto atual, contribuiu no decorrer do espaço-tempo, para a formação territorial e histórica de Foz do Iguaçu.

Portanto, com base em fontes bibliográficas que tratam de território e de territorialidade com as contribuições da geografia, e de obras que abordam sobre a historicidade e a formação territorial do Oeste do Paraná, pretende-se perpetrar uma abordagem sobre a historia de Foz do Iguaçu e suas conexões territoriais, políticas e econômicas com Ciudad del Leste e Puerto Iguazú, respectivamente Paraguai e Argentina.

A Formação de Foz do Iguaçu e o Contexto da Tríplice Fronteira

A formação territorial da região oeste do Estado do Paraná foi um processo que contribuiu para definir parte do território brasileiro em termos fronteiriços e de cunho político, social e econômico. Desenvolveu-se de forma a organizar a construção de estratégias de controle das ações humanas pelo Governo brasileiro.

A intenção governamental brasileira foi delimitar e controlar o território da Tríplice Fronteira por meio da colonização, e estabelecer relações de poder no espaço geográfico, com olhares voltados para a diminuição do fluxo de pessoas dos países vizinhos e suas atividades econômicas, que se desenvolviam no território brasileiro. Conforme Freitag. (2007).

A fronteira em destaque foi definida na medida em que foi ocupada por levas de migrantes nacionais, mão-de-obra necessária para a expansão da

economia do Estado. Representações em torno da existência de um oeste-sertão desnacionalizado servem, contudo, para justificar a expulsão de mão-de-obra estrangeira la radcada desde o último quartel do século XIX. (FREITAG, 2007, p. 64)

Gregory (2002, p. 86) menciona que “o governo paranaense considerava seu território populacionalmente deficitário e isso exigia a implementação de mecanismos de superação dessa deficiência”.

A ocupação territorial na fronteira pelo Estado brasileiro começa, portanto com a criação da Colônia Militar do Iguassu¹ em 1889. Sua implantação implicou no deslocamento de militares do Exército brasileiro, e juntamente com eles alguns familiares e trabalhadores. Brito (2005, p. 75) aponta que “partiu a expedição a 13 de setembro de 1889, composta, além de oficiais e do sargento, mais 34 soldados, 12 operários civis, mulheres casadas com soldados e tropeiros”.

Entende-se que esse foi um dos processos iniciais de imigração para a região de fronteira, permitindo a geração de novas configurações territoriais e formação histórica, além de funcionar como um dos fatores estratégicos para a estruturação de mecanismos que possibilitassem a segurança do território, pois a Tríplice Fronteira, pelo fato de estar afastada do poder central, além de ser desprovida de desenvolvimento em todas as instancias, tornava-se vulnerável a entrada de pessoas estrangeiras. De acordo com Gregory (2012, p.45) “os territórios fronteiriços eram representados como sertões diante de representações de litoral e de regiões mais desenvolvidas”.

A Colônia Militar do Iguassu, entre outras atividades, teve a responsabilidade de distribuir lotes de terra com o objetivo de povoar a fronteira com habitantes genuinamente brasileiros, e assim possibilitar o início da construção da cidade de Foz do Iguaçu e o fortalecimento da faixa fronteiriça. Conforme Wachowicz (2002, p. 232) “a política adotada passou a ser o fortalecimento da chamada fronteira Guarani” que abarca parte do território da Argentina, Brasil, Paraguai.

Do ponto de vista governamental, a Colônia Militar do Iguassu instalada em 1889 foi um importante instrumento de uso estratégico pelo Estado brasileiro para estabelecer relações de poder e domínio sobre a parte do território da Tríplice Fronteira pertencente ao Brasil.

Fatores como a defasagem do governo brasileiro no que diz respeito ao apoio logístico, e as péssimas condições do meio de comunicação que desfavoreciam o fornecimento de informações dos problemas existentes na Colônia Militar ao comando do Exército no Rio de Janeiro, condicionou sua extinção em 1912. Assim o território de fronteira passou a ser administrado pelo Governo do Estado do Paraná por meio das autoridades civis existentes que deram continuidade as atividades relacionadas à ocupação do território fronteiriço. Nesse contexto, Myskiw (2009) destaca que.

Extinguir a Colônia Militar de Foz do Iguaçu e fazer nascer uma comunidade independente com características de vila passou a ser a estratégia adotada pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual, visando por em prática uma ação mais enérgica com o objetivo de abrazeirar a fronteira tendo como instrumento a prática política do coronelismo. (MYSKIW, 2009, p. 223).

De acordo com relatos encontrados no Livro de Ouro do Ministério da Guerra nos arquivos do 34º BIMec em Foz do Iguaçu, “só em Julho de 1932 que o Exército retorna á fronteira com um efetivo de 125 homens constituindo a Companhia Isolada do Iguassu conduzida pelo Capitão Edgard Buxbaun”. Desta forma entende-se que o cenário encontrado pela Companhia Isolada, era totalmente diferente da estrutura deixada pela Colônia Militar.

Pressupõem que nesse período, o desenvolvimento regional andava em passos lentos e para estruturar-se como cidade, muitas atividades seriam planejadas pela sociedade em conjunto com os militares em benefício de seu crescimento econômico social e político.

Um dos fatores importantes desenvolvidos com a conexão entre militares e sociedade foi à estruturação de condições favoráveis para melhoria do sistema educacional em Foz do Iguaçu, Conforme Curvo no Livro de Ouro (1965, p. 16)

A Companhia desencadeou uma campanha de alfabetização com o maior sucesso, pois em determinados trechos da fronteira com a Argentina, as crianças brasileiras atravessavam-na para adquirir nas escolas desse país os conhecimentos que não lhes eram ministrados em nosso território (CURVO, 1965, p. 16)

Além desses fatores apresentados, Curvo (1965, p. 16) afirma no livro de ouro “que o serviço de saúde da Companhia estendeu seus serviços a população civil, fazendo alcançar as populações ribeirinhas entre as quais se propagavam a malária e o amarelão”.

Em 23 de Agosto de 1943, foi publicado no Diário Oficial da República o Decreto-Lei nº 5.770 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015) que transformou a companhia Isolada do Iguassu no 1º Batalhão de Fronteira com a finalidade de ampliar as atividades militares no território fronteiriço adequando o poder bélico para possíveis conflitos armado diante das transformações decorrentes no cenário político mundial naquela conjuntura.

No decorrer do tempo, essa unidade militar passa por mais duas mudanças de nomenclatura. Em 16 de Dezembro de 1980, com base nos Decretos-lei 85.533 e 85.534 que extinguiu o 1º Batalhão de Fronteira passando a ser nomeado de 34º Batalhão de Infantaria Motorizado e em 24 de Maio de 2013 de 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado, essa ultima foi formalizada com a Portaria nº 1.128 de 21 de outubro de 2014 publicada no Boletim do Exército nº 43/2014.

Essas mudanças decorridas na Unidade Militar estão relacionadas ao desenvolvimento da fronteira do ponto de vista econômico, político e social, o que passou a exigir tecnologias militares adequadas para soluções dos problemas ao território brasileiro, tais como o contrabando e conflitos militares entre países.

Diante disso percebe-se a importância do Exército brasileiro que se instalou em Foz do Iguaçu a partir da Colônia Militar como instrumento de controle e segurança nacional e contribuiu para formação territorial, política, social e econômica da cidade de Foz do Iguaçu no decorrer de sua história.

As Territorialidades das Forças Armadas de Brasil, Paraguai e Argentina

O relacionamento entre espaço e sociedade são fatores que formulam as territorialidades. No território de fronteira, por exemplo, as ações humanas e suas atividades territoriais, permitem a construção de um cenário amplo de discussões, pois abarcam questões sociais, econômicas, políticas e relações de poder. Para que seja entendido de forma clara o significado de territorialidade a palavra será passada a Sack (1986) para nos mostrar que.

Territorialidade é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas por meio do controle de área. Territórios políticos e propriedades privadas de terra podem ser as formas mais familiares em que a territorialidade ocorre em vários níveis e em numerosos contextos sociais. A territorialidade é utilizada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas. Territorialidades é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-

relacionados. As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo. (SACK, 1986, p. 63).

A partir dessas afirmações pode-se entender que as formulações estratégicas militares de defesa nacional, compreendem as questões relacionadas a sociedade. Com isso, o emprego das Forças Armadas como instrumento de segurança nacional, constroem territorialidades por se tratarem de instituições que entre outras atribuições, tem a finalidade de estabelecer organização social sobre o território.

O Território forma-se em conexão com a sociedade e suas ações e relações territoriais que produzem instrumentos próprios de segurança do Estado-Nação. Essas relações de poder permitem a solidificação dos limites territoriais ao mesmo tempo em que toleram atividades comuns do dinamismo transfronteiriço, que são os fatores educacionais, de segurança pública e de desenvolvimento econômico em que o Estado proporciona a sociedade a partir de políticas públicas, como parte do potencial nacional que implicam em transformações sociais. Neste sentido Cury (2010) afirma que:

A economia no território apontam prioridades que irão transformando à medida que as áreas econômicas passam por sucessivas fases de desenvolvimento, cujo dinamismo está na capacidade que um território tem em mobilizar políticas que poderão estar atreladas as vontades do poder central ou das reais necessidades das populações que aqui vivem. É verificável que, durante o processo de constituição de cada Estado-Nação, a economia aproximou e interagiu neste território como elemento dinâmico. (CURY, 2010, p. 208)

O processo de Territorialidade na tríplice fronteira do ponto de vista social, político e econômico forma-se com a junção dos povos e suas atividades socioculturais na região transfronteiriça que é caracterizada pela conurbação das cidades de Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e *Puerto Iguazu*, respectivamente Brasil, Paraguai e Argentina que caracterizam as territorialidades transfronteiriças. Conforme Cury (2010, p. 217) “as territorialidades transfronteiriças são centralizadas pelas cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, Puerto Iguazu, na Argentina e Ciudad del Este, no Paraguai” que por meio de seus aspectos sociais, políticos e econômicos estabelecem as conexões entre países em sentido amplo.

Esses fatores, portanto, permitem interconectar os distintos territórios num espaço geográfico dinâmico em que as trocas e as complexas formas de contatos estabelecidos entre os povos, determinam a formulação estratégica de segurança conjunta pelo poder central de cada Estado Nacional. Cury (2010) descreve que:

As distintas territorialidades na produção do território implicam práticas culturais e sociais que justificam as diferentes territorialidades. O poder e o território estão intrínsecos nesta análise. Não como única forma de entender a utilização do território, mas como elementos que podem contribuir para dar sustentação em determinados processos de produção deste. (CURY, 2010, p.64).

Assim pode-se entender que o território e o poder por si só, não elucidam as questões que surgem na fronteira. Esses fatores em conexão com as práticas culturais e sociais dos povos reforçam o processo de produção que implica em coordenar o território por meio dos instrumentos que produzem a segurança territorial de fronteira.

A Fronteira e o território são partes integrantes do Estado-Nação, que está em constante movimento. Haesbaert (2006, p. 46) aborda o território como “instrumento concreto de poder”. Essa junção constitui a fronteira como área de encontro de múltiplas atividades sociais econômicas e políticas que formam-se a partir das aspirações das coletividades nacionais, isto é, das sociedades transfronteiriças constituída pela conurbação das cidades já mencionadas. Desta forma o emprego das articulações estratégicas e

exercício de poder militar sobre o território, reforçam as territorialidades e concretizam as relações de poder entre os países.

A junção das atividades sociais decorrentes no território da Tríplice Fronteira do ponto de vista histórico-cultural, político-social e político-econômico, constrói um espaço em territorialidades. No entanto, a configuração territorial a partir de uma perspectiva geopolítica se concretiza na Tríplice Fronteira com a implantação de forças militares pelo Estado brasileiro como estratégia de controle e segurança para administração do território, e suas conexões com as forças militares do Estado Paraguaio e Argentino por meio de políticas que reforçam o relacionamento diplomático entre países. No livro Branco de Defesa Nacional (2012) está descrito que.

As forças Armadas do Brasil mantém uma série de atividades de intercâmbio e de cooperação com outras nações. Destacam-se a crescente cooperação com os países da América do Sul e da África, e, mais notadamente a Cooperação Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (CMBIP) desde 1942. (BRASIL, 2012, p. 132).

Além desses fatores elencados no Livro Branco, entende-se que a formulação estratégica de instrumento de controle social e segurança territorial por meio de forças militares, leva em consideração os fatores sociais como parte integrante do processo de organização e de segurança territorial, atrelado às atividades político-econômicas que permitem integrar os povos de Brasil, Paraguai e Argentina.

O Brasil é um país que possui extensa faixa de fronteira com países de língua espanhola, mas nenhuma delas é tão especial e dinâmica quanto à região da Tríplice Fronteira, que são separadas geograficamente pelos rios Paraná e Iguaçu; ligadas pelas pontes da Amizade (Brasil - Paraguai) e Tancredo Neves (Brasil - Argentina).

A peculiaridade territorial e as condições geográficas da fronteira entre Brasil e Paraguai, que são divididos pelo rio Paraná, possibilitou a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu entre os anos de 1975 a 1982, esta é a maior em produção de energia do mundo e constituiu-se um dos elementos que favoreceu o crescimento demográfico, econômico e o fortalecimento dos laços de amizade entre os dois países. Aumentou o fluxo migratório e ampliou o cenário cultural com a presença de inúmeras comunidades linguísticas e viabilizou o desenvolvimento das trocas culturais que distingue este território transfronteiriço de forma singular.

A presença dos Parques Nacionais do Iguaçu entre Brasil e Argentina, com as Cataratas do Iguaçu que promovem a vinda de turistas regionais, nacionais e internacionais, faz da atividade turística a segunda economia de Foz do Iguaçu, perde apenas para a produção de energia hidrelétrica. Estes Parques são divididos pelo rio Iguaçu, mas que ocupam o mesmo complexo ambiental unindo-se pelos tratados internacionais, que objetivam programar as políticas públicas comuns aos Estados Nacionais no que diz respeito à conservação ambiental. Além disso, o reconhecimento como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO permitiu ampliar as conexões entre as duas nações, com políticas de sustentabilidade ambiental comum aos dois países.

No entanto, a importância destas conexões tomam novos rumos quando são levados em consideração assuntos relacionados à segurança dos Estados Nacionais, uma vez que esses fatores permitem aproximar os territórios a partir de uma perspectiva diplomática por meio das cooperações existentes entre as Forças Armadas dos três países. Conforme Santos (2016):

O critério estabelecido para atuação das forças armadas conjunta dos países da América do Sul, parte da consolidação da UNASUL, que tem como objetivo unir os países em torno de perspectivas como relações comerciais, culturais, políticas e desenvolver articulações de defesa. Por

fazer parte dessa zona de atuação de defesa, a Tríplice Fronteira se adequa as estratégias estabelecidas pelo Conselho de Segurança, pelas interconexões existentes entre os Exércitos do Brasil, Paraguai e Argentina em atividades de preparo militar com olhares voltados para o fortalecimento estratégicos e cooperações militares. (SANTOS, 2016, p. 114).

Além das conexões das Forças Armadas como instituições responsáveis pela Segurança Nacional de cada Estado Nacional, há um esforço conjunto estabelecido entre dos órgãos de segurança pública na Tríplice Fronteira pelas polícias brasileiras em Foz do Iguaçu, tais como a Polícia federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional que são ligadas ao Ministério da Justiça e, a Receita Federal ligada ao Ministério da Fazenda e que exerce poder de Polícia Aduaneira; as Polícias Militares e Cíveis coordenadas pelo Governo estadual; a Guarda Municipal, coordenada pelo Governo Municipal, tem o objetivo de solucionar as adversidades criminosas na fronteira.

Para isso as polícias em Foz do Iguaçu, mantém o relacionamento com as polícias em Puerto Iguazu que são a Gendarmeria e a Polícia Federal Argentina, ligadas ao Ministério da Segurança argentina, com a missão de controlar e vigiar as fronteiras nacionais, e fazer a segurança dos locais de importância estratégica a nível nacional. No lado paraguaio é a Polícia nacional Paraguuaia que coordena todas as atividades relacionadas à segurança pública em Ciudad del Leste.

A maior parte das atividades criminosas na Tríplice Fronteira envolvem as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Leste pela facilidade de comercializar produtos ilícitos no Paraguai. Com isso o relacionamento das polícias brasileiras com a Polícia Nacional do Paraguai acontece com mais intensidade com o objetivo de desenvolver atividades conjuntas em resolução de determinados problemas.

As territorialidades transfronteiriças não estão relacionadas tão somente as atividades criminosas no território, mas aos fatores sociais que permitem criar um cenário cultural intenso de maneira a criar mecanismos que permitem integrar os aspectos multiculturais existentes no contexto da Tríplice Fronteira.

Esses fatores possibilitam reforçar as conexões entre as sociedades e os poderes centrais de cada Estado Nacional, com vistas a desenvolver mecanismos que deem soluções aos problemas. Foucault (2008, p. 90) define a população como “um elemento fundamental, isto é, um elemento que condiciona todos os outros”. Nesta perspectiva pode-se entender que a sociedade, é o elemento formador dos dispositivos que possibilitam estruturar o Estado em sentido amplo formando as territorialidades em suas regiões transfronteiriças.

Considerações Finais

A segurança nacional na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, desenvolvida pelos órgãos de segurança da esfera municipal, estadual e federal, é parte das relações de poder estabelecidas pelo Estado como mecanismos estratégicos de controle territorial.

As territorialidades transfronteiriças formadas pelas cidades de Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este*, e *Puerto Iguazu*, respectivamente Brasil, Paraguai e Argentina, formam um cenário de articulação diplomática que busca estabelecer os procedimentos necessários para o fortalecimento das instituições de segurança, de modo que dê liberdade as sociedade para o desenvolvimento de suas atividades sociais e econômicas.

Desta forma o trabalho buscou enfatizar as territorialidades transfronteiriças da segurança nacional com foco nas conexões estabelecidas pelas Forças Armadas dos três países em estudo, que buscam trabalhar de forma conjunta na Tríplice Fronteira em resoluções de problemas diversos, como o combate ao crime organizado e o contrabando de armas, munições e drogas, e no contexto da América do Sul, a partir do Conselho de

Defesa Sul-Americano que prevê normas internacionais que permitem formular estratégias de cooperação militar para a defesa nacional entre países.

Por encontrar-se inserida no campo de atuação de defesa formulado entre países, os governos dos países em pauta buscam adequar as Forças Armadas estabelecidas na Tríplice Fronteira aos planos estratégicos estruturados pelo Conselho de Defesa mencionado, a partir de intercâmbio militar, que tem como objetivo o fortalecimento em termos tecnológicos e de conhecimento tático, além de desenvolver atividades que proporcione o preparo dos militares para atuação em diferentes cenários geográficos.

O intercâmbio de tecnologias militares está presente nas ideologias do contexto político-militar, pois pretende reforçar a adequação dos instrumentos bélicos para possíveis atuações, que se faça necessário o uso compartilhado de aparelhagem. Por isso, a existência de políticas comerciais entre países em torno da troca de material bélico. Isso acontece para complementar as condições políticas, econômicas e o fortalecimento das Forças Armadas.

As diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais entre Brasil, Paraguai e Argentina existem, porém, no que diz respeito aos fatores inerentes as estratégias de defesa, há uma preocupação em manter clima harmônico em virtude das aproximações pelos aspectos geográficos e os projetos geopolíticos, além da contiguidade territorial que justificam a existência das territorialidades transfronteiriças.

Nota de Referencia

¹ A colônia Militar do Iguassu aparece assinalada com o uso dos dois esses em todos os documentos existentes no Exército em Foz do Iguaçu.

Referências

BRITO, José Maria de: **Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar**. 1ª Edição. Curitiba: Ed. Travessa dos Editores, 2005.

BRASIL. Ministério da Defesa. Arquivo do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado. **Boletim Interno número 051 de 18 de Março de 2014**.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro branco de defesa nacional**. 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>> Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto Lei nº 5770, de 23 de agosto de 1943**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5770-23-agosto-1943-415663-norma-pe.html>>. Acesso em 30 de junho de 2015.

CURVO, Ademar Marques. **Livro de Ouro do Ministério da Guerra III Exército**. 1º Batalhão de Fronteira, Foz do Iguaçu, 1965.

CURY, Mauro José Ferreira. **Tese Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI): Interconexões, Interdependências e interpretações nas cidades da Tríplice Fronteira Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR)**. Universidade Federal do Paraná – 2010.

FOUCAULT, Michael: **Segurança, território, população**: curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon, Ed. Esp., v. 11, n. 15, p. 279-287, jul.-dez., 2016

As Territorialidades Transfronteiriças da Segurança Nacional e as Conexões das Forças Armadas:....

FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras Perigosas: Extremo-oeste paranaense: História territorial, região, identidade e (re) ocupação.** 2007, p. 209, Tese de Doutorado em História, UNESP.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná.** Cascavel, 2002.

GREGORY, Valdir. **Obrages nos Sertões do Paraná: Exploração, Trabalho e Fronteiras. Dossiê: Trabalho e Formação Humana na América Latina. Revista do Centro de Educação e Letras-Campus foz do Iguaçu,** 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização.** Ed. Rio de Janeiro, 2006.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Tese de Doutorado A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)** Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SANTOS, Orlando Bispo dos. **Dissertação de Mestrado. O Exército Brasileiro-34º Batalhão de Infantaria Mecanizado e as Territorialidades na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.** Foz do Iguaçu, 2016.

SACK, Robert David. O Significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina (Org.) **Territorialidades Humanas e Redes Sociais.** 2 Ed., p. 39-62, Florianópolis: Insular, 2013.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná.** 10. Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná 2002.